

# Hannah Arendt e Herberl Marcuse:

visões da violência

Simone Maria Magalhães

**Como citar:** MAGALHÃES, S. M. Hannah Arendt e Herberl Marcuse: visões da violência. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 59-62.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p59-62>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Hannah Arendt e Hebert Marcuse: visões da violência<sup>1</sup>

Simone Maria Magalhães<sup>2</sup>

O pressuposto contido na análise de Hannah Arendt é de que o tempo presente está repleto de “eventos”, os quais não têm nenhuma ligação com o passado e, por isso, não se pode buscar nele exemplos que possam orientar o fazer político atual.

Para Arendt, com a ascensão do totalitarismo no século XX deu-se uma ruptura sem precedentes, que acabou por deixar a tradição ocidental sem categorias para caracterizar tal fenômeno. Com isso abriu-se uma lacuna entre o passado e o futuro onde tudo é possível e nada pode ser previsto desde então. Nessa medida, pois, os eventos são constantemente confrontados aos “velhos” paradigmas que, por sua vez, não lhes oferecem mais nenhuma resposta concreta.<sup>2</sup>

Com efeito, além do Totalitarismo, a Rebelião Estudantil na década de 60, o desenvolvimento tecnológico, bem como o aumento dos implementos de violência, são vistos por Arendt como eventos inauditos do século XX; a autora considera que todos estes transpõem os limites das teorias clássicas.

Dessa maneira, segundo a autora alemã, tornara-se elementar que a violência fosse analisada como um fenômeno em si mesmo, uma vez que a violência parece ser o “denominador comum das guerras e revoluções”.

Considerando a proliferação da violência na cultura contemporânea, Hannah Arendt, em sua análise, não apenas distinguiu poder e violência, mas buscou identificar as causas e a natureza desta última. Desse modo, ela se depara com inúmeros estudos e pesquisas que objetivavam “fazer do comportamento violento uma reação ‘natural’” (1994, p. 46).

Nesse contexto, biólogos, fisiólogos, etólogos, e zoólogos, segundo Arendt, se esforçavam para darem conta da “agressividade” que supunham ser inata ao homem, neste caso, entendida

<sup>1</sup> Herbert Marcuse, filósofo da Escola de Frankfurt, se tornou conhecido mundialmente no contexto da Rebelião Estudantil por apoiar incondicionalmente a oposição dos estudantes. Seus escritos sobre a natureza da sociedade ocidental são, comumente, vistos como fornecendo o fundamento intelectual para as ações Estudantis. Segundo Isabel Loureiro, todavia, Marcuse seria o único filósofo da Escola de Frankfurt a buscar, naquele momento, unir filosofia, teoria social e política radical (LOUREIRO, Isabel. e OLIVEIRA, Robespierre de. 1999, p. 7).

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Sociais da Unesp- Marília - monemaria.sociais@gmail.com

<sup>2</sup> Como se sabe, Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (1951), caracterizou o totalitarismo como sendo uma forma de governo que se baseia na dominação, na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia. Esse trabalho tornou-se polêmico uma vez que a autora define como totalitários tanto os regimes Nazista alemão, como o regime soviético liderado por Stálin, desconsiderando as diferenças que existem entre ambos.

por eles, como um instinto qualquer da espécie humana.<sup>3</sup> Em seu julgamento, essas teorias acabavam naturalizando a violência, na medida em que ela é apreendida em termos biológicos.

Hannah Arendt, colocando-se contrariamente a naturalização da violência, afirma que “a violência não é nem bestial nem irracional” (idem, p. 48); brota do ódio, e este sim é um sentimento humano, mas ele aparece no momento em que se tem consciência de que as condições sociais poderiam ser mudadas e não são.

Enfim, Arendt considera que tanto o poder quanto a violência pertencem aos assuntos humanos, portanto, resultado da ação humana; tomá-los a partir de termos biológicos implica em naturalizar fenômenos que concernem ao âmbito político e social.

Segundo Arendt, quando se estabelece uma situação ultrajante, recorrer à violência torna-se tentador, por conta do seu imediatismo e de sua prontidão. Para ela, “em certas circunstâncias, a violência é o único modo de reequilibrar a balança da justiça” (p.48).

A violência nesse contexto, conforme Arendt, se apresenta justamente no momento em que não houve possibilidade de diálogo, de argumentação. Porque é instrumental, isto é, por ser empregada com uma finalidade pré-determinada é que a violência possui, em sua análise, um caráter “antipolítico”.

Não obstante, a violência abriga em si mesma um elemento de arbitrariedade que é a casualidade, não devendo ser empregada aos assuntos humanos com a esperança de encontrar um resultado positivo, segundo Hannah Arendt. Para esta autora, a prática da violência muda o mundo, mas nesse caso a mudança mais provável é para um mundo mais violento (p.58).

Para Arendt, porém, o que facultou o uso da violência nos campi universitários, ou melhor, o que transformou “*engagés*” em “*enragés*”, foi a hipocrisia das autoridades, pois escondia a verdade não permitindo a transparência nos assuntos públicos. Isso teria despertado a ira dos manifestantes no sentido de “tirar as máscaras da hipocrisia da face do inimigo” (p.49).

Ou seja, os Estudantes provocavam o confronto violento com uma finalidade racionalmente planejada, a saber, desmascarar as autoridades, em particular quando elas se valiam da intervenção da polícia para afugentar os manifestantes.

Daí resulta, então, que a violência, segundo a autora, se constitui em “arma da reforma, não da revolução”, na medida em que ela não promove a transformação, mas tão somente pode induzir os governos em direção à uma ação mais “moderada” (p.58).

Com base no que foi acima explicitado, podemos inferir que para Arendt o uso da violência pelos estudantes era empregado com a finalidade de provocar o confronto com as autoridades, e, conseqüentemente, com a polícia enquanto aparato repressor.

No entanto, como mostra Marcuse, os choques, os confrontos violentos existem: não é preciso procurá-los. A busca do choque terminaria por confundir mais do que por esclarecer as razões que levaram ao nascimento de uma oposição (1969 p. 58).

<sup>3</sup> “Da agressividade, definida como um impulso instintivo diz-se que ela representa o mesmo papel funcional, no âmbito da natureza, que os instintos sexuais e de nutrição no processo vital do indivíduo e da espécie” (ARENDT, 1994, p. 46).

Ou seja, conforme Marcuse (1969), os estudantes não buscavam o choque, ele já existia sem que ninguém tivesse que ir ao seu encontro.

Em sua análise sobre a oposição estudantil, bem como do papel da violência pelos estudantes, Marcuse irá se posicionar a favor dos mesmos considerando que, o choque com a violência institucionalizada, parece ser inevitável, a não ser que a oposição se transforme num inócuo ritual destinado tão-somente a pacificar as consciências, a comprovar a sobrevivência dos direitos e das liberdades no quadro da ordem instituída (p. 59).

Contrariamente à perspectiva arendtiana, a qual enxergava a desobediência civil como uma forma genuinamente democrática e legítima, Marcuse não considera esta como uma alternativa eficaz, pois em sua concepção, esta forma de resistência não ultrapassa os limites da legalidade, portanto, da ordem constituída. Em verdade, a desobediência civil, como resistência, se constitui num direito reconhecido legalmente; sem esse direito estar-se-ia vivendo na barbárie (MARCUSE, 1969, p. 58).

Não obstante, para Marcuse, a violência da oposição - dos estudantes – se constitui em violência da resistência que destina-se a permanecer como ilegal em relação ao direito constituído, uma vez que busca romper com o sistema social vigente. Em sua perspectiva, a violência da oposição se caracteriza como uma violência da libertação em contraposição à ordem instituída, uma vez que esta tem o direito de determinar os limites da legalidade (p.60).

Portanto, para Marcuse, há dois tipos de violência: a violência da libertação, da oposição, e a violência da agressão que se apresenta através da violência institucionalizada que se pretende legítima.

Nesse sentido, segundo Marcuse, “a pregação do princípio da não-violência não faz mais do que produzir a violência institucionalizada da ordem existente” (p. 60).

Desse modo, Valle (2002) considera que Hannah Arendt, “concebendo a violência como uma arma da reforma e não da revolução, está afirmando a necessidade do restabelecimento do *status quo*, na medida em que a autora alemã se opõe às mudanças radicais, afirmando que estas contrariam a “condição humana”, em favor do sistema legal, sem o qual nenhuma civilização pode prescindir” (p. 180).

Neste sentido, conforme Valle (2002), Arendt elegeu o movimento pelos direitos civis, de caráter não-violento, como uma forma legítima de manifestação, enquanto que a prática radical dos estudantes é totalmente criticada pela autora alemã, acusando de ser uma prática impregnada de ideologias e interesses privados.

Não obstante, para Arendt, o emprego da “violência criminosa” expõe a política a uma certa vulnerabilidade, sendo capaz de deixar o presente sob a ameaça da emergência do terror e da aniquilação da humanidade, como na experiência do totalitarismo.

Embora Arendt tenha reconhecido nos estudantes a “surpreendente disposição para a ação” e uma “surpreendente confiança na possibilidade de mudança”, não via na ação radical dos estudantes qualquer possibilidade de transformação da sociedade. Em verdade, para Arendt, a violência não é geradora de poder.

Herbert Marcuse, por outro lado, considerava a oposição estudantil como um elemento fundamental na sociedade daquele contexto, na medida em que colocava no horizonte político a possibilidade de realização da teoria e da prática revolucionárias (VALLE, 2002, p. 113).

Na opinião de Marcuse, a oposição estudantil se constituía numa recusa da sociedade estabelecida, tanto no que se refere às suas instituições políticas, como também todo o sistema de valores. Daí porque, para Marcuse, poder-se-ia falar em uma Revolução cultural, na medida que os estudantes negavam todo o *establishment* cultural, bem como a moralidade existente (1999, p. 64).

Em verdade, para Marcuse, a oposição Estudantil significava uma ruptura com a sociedade que acoplava o progresso tecnológico à estrutura de dominação, tornando o aparato produtivo totalitário, na medida em que criava necessidades alienantes, e ao mesmo tempo satisfazia as mesmas de maneira alienada. Ou seja, como explica Loureiro (1999), os estudantes, na concepção de Marcuse, se rebelavam contra um sistema que “reproduz na consciência e na estrutura pulsional dos indivíduos necessidades materiais e espirituais legitimadoras do sistema” (p. 8).

Marcuse, em sua análise, destaca o caráter espontâneo da posição estudantil como elemento inovador. Isto significa que o protesto dos estudantes se desenvolveu à revelia dos partidos e sindicatos. Todavia, Marcuse enfatizava que se tratava do “ressurgimento e retorno de uma tradição, e desta vez uma tradição revolucionária, que estivera adormecida na Europa desde o início dos anos vinte”.

Cumprе ressaltar, entretanto, que Marcuse não concebia o Movimento Estudantil como uma força revolucionária em si mesma. Tratava-se de uma “força” que, em conjunto com as demais, poderia desencadear um processo de crise no capitalismo tardio (1969, p. 63).

Ou seja, na concepção do filósofo frankfurtiano, diferentemente de Arendt, a oposição Estudantil significava uma nova força combativa capaz de estabelecer, em conjunto com os diversos movimentos de protestos, uma práxis revolucionária.